

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Carlos Saraiva é detentor de uma cadeia de hotéis, seis dos quais situados no Algarve, na Praia de S. Rafael e na Praia dos Salgados.

Nos últimos meses, os trabalhadores do Grupo Carlos Saraiva têm vivido o drama dos salários em atraso, com todas as dramáticas consequências que tal situação acarreta. Este Grupo, um dos principais beneficiários da expansão turístico-imobiliária no Concelho de Albufeira, deve aos seus trabalhadores três salários.

Esta é uma realidade que se repete num curto espaço de tempo, visto que no Verão passado se verificou uma situação idêntica com trabalhadores que hoje já não estão afetos ao Grupo.

Tal como todos os outros, os trabalhadores do Grupo Carlos Saraiva estão a ser vítimas de uma política imposta ao longo dos últimos anos por sucessivos governos do PS, PSD e CDS, agravada agora no quadro do Pacto de Agressão assinado com a *troika*. Política que, como a situação do Algarve demonstra, protege os interesses dos grupos económicos e financeiros, enquanto simultaneamente impõe cada vez mais sacrifícios, mais desemprego e mais exploração a quem vive do seu trabalho.

Perante esta situação de salários em atraso, o Governo não pode alhear-se, permitindo aos grandes grupos económicos que atuem impunemente, desrespeitando os direitos dos trabalhadores.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Economia e do Emprego, o seguinte:

1. De que forma acompanhou o Governo a evolução da situação financeira no Grupo Carlos Saraiva?
2. Que avaliação faz o Governo da situação atual do Grupo Carlos Saraiva?
3. Que avaliação faz o Governo do cumprimento das responsabilidades da empresa para com os seus trabalhadores?

4. Que medidas irá tomar o Governo para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam integralmente respeitados, nomeadamente, o direito a receberem o seu salário a tempo e horas?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

AGOSTINHO LOPES(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)